

## **LIMITES E POSSIBILIDADES DA CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO:**

### **A trajetória de uma escola de Educação Básica de Navegantes**

*Thaís Medeiros da Silva<sup>1</sup>*

## **RESUMO**

Pensar um Projeto Político Pedagógico engloba pensar no tipo de escola que se tem e que se quer, implica planejar que tipo de sociedade e de ser humano pretende formar. Planejar o futuro, a direção, o rumo a se seguir é a principal finalidade do PPP. Ele deve ser elaborado a partir da realidade da escola e pela escola, que possui plena autonomia prevista em lei (Lei nº 9.394/96). Tendo em vista que a escola é constituída por vários segmentos, o PPP prevê uma construção que englobe todos os segmentos para que se cumpra o objetivo de planejar para o futuro. O papel de cada segmento no planejamento participativo facilitará o processo de decisão coletiva. Diante disso, encontra-se no caminho alguns limites e possibilidades que na qual este artigo busca compreender, foi a partir desse pensar que surgiu a necessidade desse texto. A partir de uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, o referencial teórico e a análise da coleta de dados, o artigo vai contar a trajetória de uma escola pública, com o objetivo de compreender os processos de planejamento, elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico.

**Palavras-chave:** Gestão Democrática. Autonomia. Planejamento Participativo.

## **INTRODUÇÃO**

A escola é o lugar de concepção, execução e avaliação do trabalho educativo, em busca de uma educação de qualidade, ela caminha na direção da escola ideal, contrapondo com a sua realidade. O Projeto Político Pedagógico permite à escola a junção dessas duas premissas, sendo ele elaborado coletivamente, a escola apropria-se de um espaço participativo, onde os envolvidos possam dialogar, questionar, planejar, pensar, refletir, discutir, compartilhar e avaliar participando do projeto educativo. Esse espaço torna-se transformador, as decisões são tomadas coletivamente, implicando diretamente na descentralização do poder.

---

<sup>1</sup> Licenciada em Pedagogia e estudante do PPGE/IFC – Camboriú da linha Gestão Educacional. Professora da rede municipal de Navegantes. E-mail: medeirosthaism@gmail.com

A partir dos princípios de uma gestão democrática, a legislação vigente (Lei nº 9.9394/1996) evidencia a autonomia da escola na construção do seu Projeto Político Pedagógico, quando a escola apropria-se dessa autonomia, o trabalho educativo torna-se mais significativo para os envolvidos, pois terão um compromisso definido durante o processo educativo, sendo capaz de delinear sua própria identidade.

A construção do Projeto Político Pedagógico não deve ser visto apenas como um cumprimento das exigências legais, a legislação apenas reconhece o direito da escola em desfrutar da autonomia que à ela foi concebida. Essa autonomia permite definir que tipo de cidadão deseja formar e quais ações futuras acontecerão para cumprir-se tais objetivos.

Para que a comunidade escolar possa de fato, construir o PPP de maneira coletiva, significativa e reflexiva é necessário embasar-se nos teóricos que permitem a elaboração eficiente do projeto. Contudo, não há projeto pronto e acabado, a sociedade evolui a cada momento e a escola atribui-se desta transformação tendo a necessidade de planejar mediante às transformações da sociedade, em vista disso, o projeto torna-se inconcluso. Mas, para um ponto de partida, muitos autores como Veiga (1995), Nogueira (2009) e Vasconcellos (2006), discutem a viabilização do PPP nas escolas, sinalizando as direções a se seguir como aprofundamento nas concepções acerca do PPP, métodos de elaboração e discussões, com base nos princípios de participação e coletividade.

Organizar coletivamente, com participação real, consciente e reflexiva, o Projeto Político Pedagógico de uma escola é uma tarefa complexa e por vezes de difícil execução, dadas as condições concretas das escolas na atualidade e a concepção de gestão dos sujeitos envolvidos nesse processo. Este presente estudo se constituiu na tentativa de compreender quais limites e possibilidades uma escola de Educação Básica pública encontrou no processo de construção coletiva do seu Projeto Político Pedagógico.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O levantamento de referenciais teóricos e pesquisas recentes contribuem para fundamentar teoricamente as análises realizadas a partir da coleta de dados. Após a definição da escola, foi realizada a aplicação de questionários com professores (as); equipe diretiva, profissionais não docentes, conselho escolar. Intenciona-se compreender, a partir do olhar desses grupos, quais os limites e as possibilidades para a construção coletiva do PPP da escola em que se dará a pesquisa.

### **RESULTADOS ESPERADOS OU PARCIAIS**

A presente pesquisa encontra-se no processo de análise dos dados coletados à luz do referencial teórico, visto que, o referencial foi levantado anteriormente a fim de fundamentar a análise da coleta de dados, que por sua vez, foi obtida através de questionários aplicados com professores, funcionários e representantes de cada segmento da escola. Com base nos resultados obtidos, a análise da coleta de dados busca compreender quais limites e possibilidade para a construção coletiva do PPP.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Projeto Político Pedagógico, em sua concepção, é o documento que viabiliza a intencionalidade da escola, o planejamento de todo trabalho educativo. Este, por sua vez, deve ser constituído a partir de uma construção coletiva, onde todos os envolvidos com a escola possuem a responsabilidade de colaborar com esse processo, permitindo que a escola cumpra seu papel e direito de plena autonomia, conforme previsto em lei.

A esse respeito, é importante ressaltar que o PPP não deve ser visto como apenas um cumprimento da legislação, mas também como um grande passo para a implementação das intencionalidades educativas da escola. A construção coletiva do PPP propicia um espaço participativo, onde há diálogo e reflexão acerca de que tipo de escola somos e que tipo queremos ser, participar da construção do PPP permite ao sujeito sentir-se responsável pelo cumprimento dos objetivos traçados no plano. Esse princípio de autonomia está devidamente vinculado aos

princípios de gestão democrática, formar cidadão críticos e participativos para atuar ativamente na sociedade é uma das metas da escola, mas como isso tornar-se-á possível sem promover as condições para a própria escola construir seu planejamento educativo? Salienta-se que dada a indagação, é possível afirmar que a escola é espaço de transformação, reflexão, diálogo, críticas, discussão, por isso, torna-se o melhor lugar para construir o PPP.

Não há um modelo pronto a se seguir, muitos autores sinalizam caminhos que podem auxiliar no momento da construção coletiva do PPP. No percorrer desse caminho, surgem as entraves que sinalizam os limites como também as possibilidades de se construir um PPP, em vista disso, levantaremos as especificidades encontradas pela escola de Educação Básica de Navegantes com base nos referenciais teóricos encontrados até aqui.

## REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Mônica. **Colegiado Escolar**: Espaço de participação da comunidade. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394/96**. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 7.398/85**. Dispõe sobre a organização de entidades representativas de estudantes. Brasília, 1985. Disponível em: [http://www.cev.org.br/br/biblioteca/leis\\_detalhe.asp?cod=88](http://www.cev.org.br/br/biblioteca/leis_detalhe.asp?cod=88). Acesso em: 05/07/2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. **Planejando a próxima década: Conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF: MEC, 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**: Conselho Escolar, Gestão democrática da Educação e escolha do diretor. V 5. Brasília, 2004a.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Básica. **Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Brasília, 2004b. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/index.php?option=content&task=view&id=337&Itemid=319>. Acesso em: 05/07/2018.

BUSSMANN, Antônia C. O projeto político-pedagógico e a gestão da escola. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível**. São Paulo: Papirus, 1995.

COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa. (org.) **Gestão escolar: enfrentando os desafios cotidianos em escolas públicas**. Curitiba: Editora CRV, 2009.

EYNG, A. **Projeto Pedagógico: construção coletiva da identidade da escola, um desafio permanente**. Revista Educação em Movimento, Curitiba. V. 1 – n.1 p. 25-32. Jan/abr 2001.

FREITAS, L. C. et al. **Dialética da inclusão e da exclusão: por uma qualidade negociada e emancipadora nas escolas**. In: GERALDI, C. M. G.; RIOLFI, C. R.; GARCIA. Escola Viva: elementos para a construção de uma educação de qualidade social. M.F. Campinas: Mercado de Letras Edições e Livraria Ltda, 2004.

GADOTTI, M. **Escola cidadã**. 9. ed. Coleção Questões de nossa época, vol. 24. São Paulo: Cortez, 2003.

GADOTTI, Moacir. **Pressupostos do projeto pedagógico**: Cadernos Educação Básica – O projeto pedagógico da escola. MEC/FNUAP, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MEDEL, Cássia Ravena Mulin de Assis. **Projeto político-pedagógico: construção e implementação na escola**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. **Projeto Político-Pedagógico: guia prático para construção participativa**. São Paulo: Érica, 2009.

PARO Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3ª ed. São Paulo. Editora Ática, 2005.

PARO, Vitor H. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2016.

PAVÃO, Gislaine Cristina; CARBELLO, Sandra Regina Cassol. **Grêmios Estudantis: uma instância colegiada em debate**. XI Congresso Nacional de Educação EDUCERE. 2013, Curitiba.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: Do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 15ª ed. São Paulo: Libertad Editora, 2013.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico**. 24<sup>a</sup> ed. São Paulo: Libertad Editora, 2014.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo**. 15 ed. São Paulo: Libertad, 2006.

VEIGA, Ilma Passos A. (org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**, 24 ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.

VEIGA, Zilah de Passos Alencastro. As instâncias colegiadas da escola. In: VEIGA, Ilma P. e RESENDE, Lúcia M.G. de (orgs). **Escola: Espaço do projeto político – pedagógico**. Campinas: Papirus, 1998.